



**Senhor Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital,  
Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Economia,  
Caros Colegas, empresárias e empresários  
(...)  
Minhas Senhoras e Senhores,**

Uma palavra inicial de agradecimento pela presença de V.Exas., Senhores Ministro e Secretário de Estado da Economia, nesta conferência, que muitos nos honra, demonstrando assim a importância que reveste a indústria têxtil e do vestuário no contexto da economia nacional.

Longe vão os tempos em que os Governos procuravam minorizar a relevância de uma atividade que, hoje, representa 10% de todas as exportações de mercadorias do país e 20% do emprego na indústria transformadora nacional, sendo hoje considerada, apesar tradicional, uma das mais dinâmicas, modernas e inovadoras do país, um “case study” de sucesso global, pois conseguiu simultaneamente resistir, reinventar-se, atualizar-se e tornar-se uma “trend setter” nas áreas da tecnologia, do design e dos serviços.

Foi um longo e penoso caminho, que teve como principais protagonistas as empresas, a sua liderança e quadros, que contrariaram um destino fatal que alguns políticos e “opinion makers” que lhe estavam a vaticinar.

O Fórum da Indústria Têxtil tem cumprido, nos últimos 23 anos, a missão de ajudar a olhar o futuro do sector de forma prospetiva, discutindo temas que são relevantes para as empresas. Temos tido o mérito de assinalar os problemas e os obstáculos a lidar, bem como indicar oportunidades que permitam às empresas desenhar e afinar as suas próprias estratégias.

Simultaneamente, esta conferência tem constituído o espaço privilegiado para se fazer o “Discurso do Estado do Sector” e dirigir à governação que nos tutela as nossas preocupações, inquietudes e anseios.

Estamos num longo e continuado ciclo de crescimento, em que o sector atingiu máximos históricos ao nível das exportações e da produtividade, em que voltou a fazer crescer o emprego e em que a incorporação da inovação tecnológica e da criatividade, permitindo a diferenciação face à concorrência e uma sustentada subida na cadeia de valor.

Vivemos, todavia, um tempo de incerteza. A incerteza é a única coisa certa que nos espera nos próximos anos, pelo que teremos de estar preparados para todos os cenários.

O que estamos a enfrentar não é apenas um momento conjuntural, determinado pelo arrefecimento económico, que está a atingir os nossos principais mercados internacionais, nem



sequer a consequência de conflitos geopolíticos e geoeconómicos, bem ilustrados pelo turbulento processo do “Brexit” ou pela guerra comercial entre os EUA e a China. O que estamos a experienciar é algo mais profundo e estrutural, e que está a modificar irreversivelmente os fundamentos em que a indústria da moda assentou na última década.

A convergência de tendências poderosas como a conectividade e digitalização com a mudança de valores por via de novas gerações de consumidores, para os quais a sustentabilidade, sob todas as suas vertentes, se torna central no ato da compra, vai

obrigar a um redimensionamento de toda a cadeia de valor para corresponder a esse movimento, sob pena de quem o ignorar ou responder a ele com as soluções do passado ou do presente, rapidamente se situará fora do negócio.

Neste contexto, que está a tornar-se cada dia mais desafiante, importa transmitirmos ao governo de Portugal que as indústrias, como a têxtil e o vestuário, são relevantes para o país, devendo ser apoiadas e acarinhadas. Apoiadas não obviamente no sentido de serem subsidiadas para artificialmente se manterem competitivas, mas através da criação de um entorno regulamentar que seja amigo das atividades transformadoras, tendo em conta que são elas que criam efetivamente emprego, valor acrescentado e exportações, que é o mesmo que dizer riqueza. Sublinho: apoiar a criação da riqueza antes da sua distribuição; algo que V.Exa. compreende muito bem, mas que continua a resultar de difícil entendimento por alguns responsáveis políticos.

Senhor Ministro, uma empresa industrial para ser concorrencial tem de contar com a contribuição positiva dos fatores produtivos que concorrem para a competitividade.

O acesso e o custo do dinheiro, que continua ainda a ser difícil para muitas PMEs, apesar da aparente liquidez existente no sistema financeiro, tem de voltar às preocupações centrais do Governo, agora no prisma do Ministro da Economia, que se deve preocupar primordialmente com o crescimento.

O custo do trabalho tornou-se uma preocupação inesperada para toda a indústria nos últimos anos, considerando os aumentos significativos do salário mínimo nacional e que se

projetam igualmente para toda a legislatura. Sobre este tema há que ser claros: as empresas sempre se preocuparam em remunerar o melhor os seus trabalhadores, contudo os aumentos nos salários devem estar sempre ligados à inflação e à produtividade, sob pena de estarmos a condenar a competitividade a prazo. Aumentar custos sem dar instrumentos que permitam aumentos de produtividade correspondentes é fazer diminuir a capacidade concorrencial das empresas, especialmente as que competem à escala global, e condená-la a prazo ao desaparecimento. Ou, por outras palavras, é pressupor um nivelamento por baixo, tão caro a uma certa classe política que se recusa a compreender a iniciativa privada e a efetiva de riqueza.



Os custos de energia e ambientais, pela exorbitância do seu peso, continuam a apresentar-se às nossas empresas como fator fortemente negativo, que se agravará ainda mais na transição desejável de uma indústria menos dependente da mão-de-obra, mas mais do capital e do conhecimento.

Finalmente, há que invocar nesta revisão dos clássicos fatores produtivos, a questão do contexto amigável aos negócios e ao investimento, que dificilmente se alcança com uma carga fiscal sobre as empresas como a que temos atualmente, com uma burocracia crescente e com um sistema judicial lento e pouco confiável, entre outros estrangulamentos que criam um ambiente “non friendly”, por mais que o discurso político se procure justificar.

Senhor Ministro, uma nova legislatura está a começar e impõem-se reformas indispensáveis à sustentabilidade futura do país: reformas no sistema jurídico-laboral, que pressuponham maior flexibilidade e favoreçam a competência, o mérito e a produtividade, reformas no ensino – que permita aos jovens ter uma formação adequada às saídas profissionais - e na justiça, reformas no sistema fiscal, de modo a que quem produz e quem exporta possa ser discriminado positivamente. Afinal, muitas das medidas que a Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas, oportunamente propôs, e à qual o Senhor Primeiro-Ministro e V.Exa. estiveram intimamente ligados e que urge concluir a sua implementação.

Os empresários e os seus colaboradores enfrentarão os próximos anos com determinação, sabendo-os difíceis, pois sabem adaptar-se às novas realidades e superar-se, tal como já demonstraram no passado. Este sector continuará a ser uma referência e uma atividade estratégica para o país, e, dependendo das condições que lhe forem criadas, evidenciará a capacidade de ser ainda mais do que já é. Estaremos aqui para responder aos desafios exigentes que nos serão colocados pelo mercado, como estamos certos que V.Exa. e o Ministério que superiormente dirige saberão acolher este repto, desenhando e implementando as medidas necessárias para criarmos um sector que contribua fortemente para fazermos de Portugal um país de que seja um orgulho para todos nós.

Muito obrigado!

**O Presidente da ATP**

a) **Mário Jorge Machado**